

Ainda estamos aqui

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385

Mara Coelho de Souza Lago¹  0000-0001-5111-8699

Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



Imagens e notícias sobre os cenários locais e globais têm sinalizado que estamos vivendo tempos conturbados. Caos climático, expansão das violências privadas e políticas contra os mais vulneráveis, acirramento das guerras, aprofundamento das desigualdades de classe, gênero, etnia entre países e regiões, aumento espantoso do número de refugiados pelo mundo afora, a proliferação continuada de *fake news*, a Inteligência Artificial (IA) dando novos (e perigosos) rumos ao avanço da tecnologia constituem alguns exemplos assustadores das instabilidades atuais. Poderíamos iniciar o editorial do número 1 de 2025 da REF refletindo brevemente sobre esse pano de fundo inquietante que tem sido responsável, em grande parte, pelas nossas angústias e incertezas cotidianas.

No entanto, tal como fizemos no editorial do volume 32, número 2 de 2024 (Luzinete MINELLA *et al.*, 2024), quando destacamos, no início, uma boa notícia, a surpreendente e promissora eleição da presidente do México, Claudia Scheinbaum, começamos por ressaltar outros exemplos de conquistas históricas, também surpreendentes e promissoras, para, em seguida, nos referirmos a algumas questões que representam desafios neste ano que se inicia. O amplo alcance do filme *Ainda Estou Aqui*, estrelado por Fernanda Torres e Selton Mello, nos papéis principais e dirigido por Walter Salles, constitui o primeiro destaque entre as boas notícias. O filme foi lançado em novembro de 2024, resgata a trajetória de Eunice Paiva, militante pelos direitos humanos, e se baseia no livro homônimo do célebre escritor Marcelo Rubens Paiva (2015), filho de Eunice e do ex-deputado federal Rubens Paiva, sequestrado, torturado e assassinado em 1971, durante o governo Emílio Garrastazu Médici, numa das fases da ditadura militar no Brasil. Ao registrar suas memórias sobre a luta de Eunice, primeiro para saber notícias do marido e, em seguida, para cobrar formalmente do Estado informações sobre as razões e as condições do seu “desaparecimento”, com extrema sensibilidade, o autor desenha, simultaneamente, as linhas mestras da repressão política que vigorava no país. Ainda é cedo para avaliarmos o alcance do filme que vem sendo assistido por milhões de pessoas dentro e fora do Brasil, graças à primorosa e sutil direção de Walter Salles e ao desempenho sensível e criativo do elenco. Destacamos apenas alguns episódios que ajudam a dimensioná-lo: o filme tem recebido vários prêmios, dentre os quais se incluem melhor roteiro no Festival de Veneza, melhor atriz para Fernanda Torres tanto no Golden Globe Awards, promovido pela Imprensa Estrangeira de Hollywood, quanto no Satellite Awards, da International Press Academy, EUA. Além disso, o filme foi indicado em outras premiações de peso, cujas solenidades de entrega ocorrerão entre fevereiro e março próximos, como o Critics Choice Awards (indicado como melhor filme em língua não inglesa); o BAFTA (na mesma categoria); o GOYA (melhor filme ibero-americano),¹ além do Oscar, promovido pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, formada por oito mil cineastas qualificados, em três categorias: melhor filme, melhor filme internacional e melhor atriz para Fernanda Torres.

¹ A lista completa dos prêmios recebidos pelo filme e a lista daqueles que vai receber podem ser encontradas em gshow (2025) (gshow. “Além do Oscar, confira prêmios que Ainda Estou Aqui pode ganhar”. gshow, 2025. Disponível em <https://gshow.globo.com/globoplay/noticia/alem-do-oscar-confira-premios-que-ainda-estou-aqui-pode-ganhar.shtml>. Acesso em 26/01/2025).

O livro, por sua vez será lançado pela Editora Charco Press, nos Estados Unidos, e na Inglaterra (Djenifer HENZ, 2025). Simultaneamente, os percursos do livro vêm sendo ampliados mais democraticamente no Brasil (Madson EULER, 2025). De acordo com Euler,

[...] em alguns estados da federação, as Secretarias de Educação já decidiram adotar o livro como ferramenta de apoio no ensino de História. No Piauí, o livro será distribuído nas escolas da rede estadual. No Amapá, *Ainda Estou Aqui* vai ser entregue aos professores e levado para as mais de 350 escolas da rede de ensino. Já na Bahia, o livro estará disponível nas bibliotecas das escolas públicas estaduais. Além disso, a produção deverá ser exibida nessas unidades de ensino, seguida de rodas de conversa e atividades pedagógicas (2025).

Avaliamos que esse panorama indica que o livro e o filme têm impactado um ao outro de modo altamente positivo para ambos.

Ao longo dos anos, a trajetória de Eunice Paiva, sua resistência à ditadura, suas lutas pelos direitos humanos, pela anistia, pelos povos originários, pela constituinte, entre outras, têm sido amplamente divulgadas e vistas como exemplo a ser seguido. Como prova desse reconhecimento, recentemente, o presidente Luís Inácio Lula da Silva editou um decreto, criando o Prêmio Eunice Paiva em Defesa da Democracia, no âmbito do evento em defesa da democracia, realizado no dia 08 de janeiro de 2025, para assinalar a importância das reações às tentativas de golpe de Estado cristalizadas nos ataques ao centro dos Três Poderes da República, ocorridos em janeiro de 2023. O Decreto foi publicado no dia seguinte, 09 de janeiro.² Segundo informações da Presidência da República, “a distinção será concedida anualmente pelo Observatório da Democracia da Advocacia-Geral da União. Pretende dar visibilidade a pessoas que tenham colaborado de forma notória, seja por atuação profissional, intelectual, social ou política, para a preservação, restauração ou consolidação do regime democrático no Brasil”.

Outra boa notícia, dessa vez ligada ao combate à fome: em novembro de 2024, no mesmo mês do lançamento do filme, ocorreu, durante a Cúpula de Líderes do G20, liderada pelo governo brasileiro e realizada no Rio de Janeiro, o lançamento oficial da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Segundo as notícias divulgadas pelo governo, entre outros objetivos, a Aliança visa atingir

500 milhões de pessoas com programas de transferência de renda em países de baixa e média-baixa renda até 2030, expandir as refeições escolares de alta qualidade para mais 150 milhões de crianças em países com pobreza infantil e fome endêmicas, e arrecadar bilhões em crédito e doações por meio de bancos multilaterais de desenvolvimento para implementar esses e outros programas³ (AGÊNCIA GOV, 2024).

Ao considerar que estamos no início de um novo ano, não podemos deixar de mencionar brevemente algumas das principais notícias divulgadas nos sites de Ministérios que se destacam pela implementação de políticas públicas que têm impactado positivamente a vida da população em geral, mas especialmente mulheres e crianças. O Ministério das Mulheres, liderado por Aparecida Gonçalves, especialista em gênero e ativista dos direitos das mulheres, em especial no enfrentamento às violências de gênero, divulgou uma decisão importante há muito tempo demandada pelos movimentos de mulheres e pelas instâncias que pesquisam o tema. Trata-se da sanção da Lei nº 15.069 (BRASIL, 2024), pelo presidente da República, da Política Nacional de Cuidado (MINISTÉRIO DAS MULHERES, 2024). Segundo as informações do Ministério,

a nova lei tem como base garantir o direito ao cuidado de qualidade para quem precisa, além de valorizar o trabalho de quem cuida, por meio da responsabilidade mútua entre homens e mulheres, considerando as múltiplas desigualdades existentes e o cenário em que mulheres são sobrecarregadas com este trabalho (MINISTÉRIO DAS MULHERES, 2024).⁴

Entre seus objetivos, “está a promoção do trabalho decente doméstico não remunerado e de cuidados de pessoas realizado por mulheres por meio da organização social do cuidado – forma como o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil se dispõem para atender às necessidades de um domicílio” (Idem).

Outras ações e programas liderados pelo Ministério das Mulheres, resultados de parcerias com movimentos sociais e divulgados entre o final de 2024 e janeiro de 2025, são: entrega da

² Maiores informações sobre o decreto podem ser encontradas em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/01/presidente-edita-decreto-que-cria-premio-eunice-paiva-de-defesa-da-democracia>.

³ “A Aliança nasce com 148 membros fundadores, incluindo 82 países, a União Africana, a União Europeia, 24 organizações internacionais, nove instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais. Essa iniciativa inovadora visa acelerar os esforços globais para erradicar a fome e a pobreza, prioridades centrais nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2” (AGÊNCIA GOV, 2024).

⁴ Os trabalhos que antecederam a formulação da lei foram realizados por um grupo interministerial formado por mais de vinte ministérios, “levando em conta a experiência de outros países, em especial da América Latina e com a participação de diversos setores da sociedade civil, como sindicatos, associações e movimentos sociais. O trabalho foi coordenado pelo Ministério das Mulheres e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que assinaram o projeto de lei juntamente com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)” (MINISTÉRIO DAS MULHERES, 2024).

Casa da Mulher Brasileira em Palmas, Tocantins; avanço da implementação da casa da Mulher Brasileira em Natal, RN; inauguração do Centro de Referência da Mulher brasileira, no Acre, o primeiro da região Norte; assinatura do Acordo de Cooperação entre o Ministério das Mulheres e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) para promover segurança, dignidade e direitos através de políticas públicas; lançamento do Manifesto Nacional de Homens Públícos pelo Fim da Violência contra as Mulheres (esse lançamento ocorreu durante o evento promovido pelo Movimento HeforShe (ElesporElas), ONU Mulheres, Ministério das Mulheres e CONAB).⁵

Como parte importante das boas notícias, no caso, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, inúmeras ações e programas estão sendo desenvolvidas atualmente. Citamos aqui apenas duas delas: o Governo Federal vem conseguindo manter em dia o pagamento do Bolsa Família, conforme os cronogramas previstos mensalmente. Neste mês de janeiro de 2025, o Programa contemplou 20,48% de famílias, totalizando um investimento de 13,8 bilhões. Conforme os dados atualizados pelo Ministério, “são cerca de 53,8 milhões de pessoas contempladas, em todos os municípios do país. Entre elas, estão 16,45 milhões de crianças de até 11 anos e outros 7,63 milhões de adolescentes entre 12 e 17 anos” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, 2025b).⁶

Uma nova política social relevante para as populações mais vulneráveis vem sendo implementada pelo MDS no intuito de combater a fome. Trata-se do Programa Cozinha Solidária. Atualmente, 1000 cozinhas solidárias estão habilitadas a participarem do Programa, e 70% delas estão instaladas nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Segundo a coordenadora-geral do Programa, Ana Carolina Silva, “tudo isso é resultado do trabalho colaborativo e do esforço de representantes das cozinhas solidárias, dos movimentos sociais, das entidades gestoras e dos diversos Ministérios parceiros do MDS” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, 2025a).

O Ministério da Igualdade Racial (MIR), por sua vez, tem liderado várias ações relevantes. Dentre elas, destacamos os esforços pela regularização dos territórios quilombolas. A parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) convocou as organizações quilombolas selecionadas num edital a indicarem seus representantes para compor o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial Ambiental Quilombola (CG PNGTAQ), consolidada pelo Decreto nº 11.786, em novembro de 2023 (BRASIL, 2023).

O MIR divulgou que

as entidades selecionadas têm a responsabilidade de contribuir de forma estratégica para a formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas à gestão territorial e ambiental das comunidades quilombolas. Sua atuação será fundamental para garantir a efetiva representatividade e a participação ativa dessas comunidades nos processos decisórios, promovendo o fortalecimento e a preservação de seus territórios e direitos culturais e ambientais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, 2024).⁷

Entre outras iniciativas importantes, o Ministério dos Povos Indígenas, com o apoio do Ministério das Mulheres e da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), lançou, no dia 25 de novembro de 2024, uma estratégia conjunta para construir um pacote de políticas públicas focadas nas mulheres indígenas. O Ministério divulgou que “pela primeira vez, será realizada no país a Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, com sete etapas regionais prévias para ampla consulta e colaboração de mulheres indígenas às políticas propostas” (MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, 2024). O Enfrentamento da Violência contra as Mulheres Indígenas será o tema central da Conferência, a ser realizada em Brasília, entre 06 e 10 de março de 2025. “Os debates serão divididos em seis eixos temáticos: Direito e Gestão Territorial, Emergência Climática, Políticas Públicas e Violência de Gênero, Saúde, e, por último, Educação e transmissão de saberes ancestrais para o bem viver” (MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, 2024).

Todo esse conjunto de políticas sociais em andamento em distintos Ministérios chama atenção, especialmente, porque está colocando em prática ações em parceria. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024) vem desenvolvendo várias ações direcionadas a diversas áreas de atuação, quais sejam: Cooperação Internacional; Proteção às Crianças e Adolescentes; Comissão de Anistia; Combate à Tortura e Violação de DH; Combate ao Trabalho Escravo; Defesa da Liberdade Religiosa; LGBTQIA+; Migrantes, Refugiados e Apátridas; Pessoas Idosas; Pessoas com Deficiência; Pessoas Ameaçadas de Morte; População em Situação de Rua; Segurança Pública e DH etc. (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, s.d.).

⁵ Todas as informações provêm do site do Ministério das Mulheres. Disponível em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br>. Acesso em 20/01/2025.

⁶ O benefício médio equivale a R\$ 673,32 reais. Informações detalhadas podem ser encontradas em <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-janeiro-bolsa-familia-chega-a-mais-de-20-48-milhoes-de-lares-no-brasil>.

⁷ Informações detalhadas encontram-se em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/mma-mir-e-mdt-divulgam-o-resultado-da-selecao-para-as-organizacoes-quilombolas-que-irao-compor-o-comite-gestor-do-pngtaq>.

Paralelamente à participação de representantes dos movimentos sociais nas comissões e grupos de trabalho que atuam em parceria com os Ministérios citados, além de outros, listamos, a seguir, alguns exemplos de manifestações dos movimentos de mulheres que ocorreram em 2024: Marcha Mundial de Mulheres, São Paulo, 08 de março de 2024 – Dia Internacional das Mulheres tendo como principais pautas as lutas pela igualdade de gênero, causas humanitárias e justiça social; Marcha de Mulheres, Natal, Rio Grande do Norte, 06 a 09 de julho, organizada por várias instâncias dos movimentos de mulheres, inclusive o 8M – Justiça Climática como parte da pauta; Marcha das Mulheres Negras pela Liberdade, Reparação e Bem Viver, Brasília, 26 de julho de 2024 – organizada por um Comitê Nacional formado pela AMNB, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, Rede de Mulheres Negras do Nordeste e Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira (Ana Carolina ALLI, 2024); Marcha Contra o Fim do Mundo, promovida pelo evento Fazendo Gênero 13 – Contra o Fim do Mundo: Anticolonialismo, Antifascismo e Justiça Climática, realizada em 31 de julho de 2024, em Florianópolis, SC. Também durante o mesmo mês, ocorreu a Parada do Orgulho LGBT, em São Paulo.

Neste breve balanço de alguns acontecimentos relevantes para as mulheres ocorridos entre 2024 e 2025, torna-se impossível deixar de mencionar o julgamento, ocorrido em novembro de 2024, dos assassinos de Marielle Franco, vereadora, socióloga, ativista e mestre em administração pública, alvo de um atentado que atingiu seu carro com 13 tiros, em 14 de março de 2018, no qual faleceu também seu motorista, Anderson Gomes. Foram condenados dois ex-policiais militares: o primeiro condenado a 78 anos, 9 meses e 30 dias de prisão, e o segundo a 59 anos, 8 meses e dez dias.⁸

De acordo com matéria publicada por André Lucena (2024), os processos contra os mandantes apontaram cinco pessoas supostamente envolvidas na articulação do crime que estão presas, entre elas, um deputado federal do Rio de Janeiro e o seu irmão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Além deles, está preso também um delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, acusado de ter tido conhecimento do crime antes de ele ser realizado, em março de 2018, quando estava na Divisão de Homicídios.

A violência política contra Marielle se insere no contexto de extrema violência em geral, e de agressões contra as mulheres no país, conforme evidenciam os dados da 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Instituto Data Senado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV). Entre outros resultados relevantes, destaca-se que “na média 30,0% das mulheres relatam algum tipo de violência doméstica provocada por homens. Rio de Janeiro, Rondônia e Amazonas são os estados com maiores índices de mulheres que declararam ter sofrido violência doméstica ou familiar provocada por homem” (AGÊNCIA SENADO, 2024).⁹

No que se refere aos feminicídios, a situação é muito preocupante e tem, por isso mesmo, ocupado um lugar de destaque na agenda dos movimentos feministas. De acordo com o Monitor de Feminicídios no Brasil, sediado no Laboratório de Estudos de Feminicídios (LESFEM) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), os dados de 2024 revelam “um aumento alarmante nos casos de feminicídios em todo o país. Segundo os números mais recentes, foram registrados 750 feminicídios consumados e 1.693 casos de feminicídios consumados e tentados até o momento” (LESFEM, 2024). Ao analisar a situação nos estados, o Monitor observou que

entre os estados mais afetados, São Paulo lidera com um aumento significativo de 101 casos em 2023 para 132 em 2024. No Paraná, houve um crescimento de 56 para 64 casos, enquanto a Bahia viu um aumento de 45 para 51 casos no mesmo período. Os estados com as maiores taxas de crescimento percentual são Sergipe, com um alarmante aumento de 171,4%, seguido por Tocantins com 150% e Amapá com 100%. Alagoas registrou um aumento de 72,7%, e o Rio Grande do Sul acompanhou com um crescimento de 56,3% (LESFEM, 2024).

A mesma fonte adverte que “esse aumento trágico nos casos de feminicídios em 2024 sublinha a importância de ações coordenadas e efetivas por parte das autoridades e da sociedade civil para reverter essa tendência devastadora” (LESFEM, 2024).

As eleições municipais para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores constituem outro acontecimento relevante que ocorreu no Brasil em 6 de outubro de 2024 no primeiro turno e em 27 do mesmo mês, em 51 municípios. Seus resultados, de modo geral, não são animadores para as mulheres e demais segmentos vulneráveis.

No plano local, segundo a Câmara Municipal de Florianópolis, para a gestão de 2025 a 2028, foram eleitos 23 vereadores. A maior parte vinculada aos partidos conservadores. Apenas cinco são de partidos da oposição: três do PSOL, sendo uma mulher indígena, Ingrid Sateré Mawé; entre dois do PT, apenas uma mulher venceu as eleições, Carla Ayres, reeleita. No período

⁸ Ver informações detalhadas em <https://www.cartacapital.com.br/justica/os-proximos-passos-do-caso-marielle-franco-e-anderson-gomes-apos-juri-condenar-lessa-e-queiroz/>.

⁹ Segundo a Agência Senado, “A pesquisa é uma das bases de dados usada pelo Mapa Nacional da Violência de Gênero, plataforma pública e unificada sobre a violência contra as mulheres no Brasil. A plataforma reúne projetos do Senado, do Instituto Avon e da organização Gênero e Número em um único painel, a fim de criar um instrumento singular e complementar aos demais repositórios de dados já existentes sobre o tema” (AGÊNCIA SENADO, 2024).

anterior, na gestão de 2021 a 2024, dentre os 23 vereadores eleitos, exerceram o mandato um total de sete mulheres, sendo três da oposição, uma do PT e duas do PSOL e quatro dos partidos conservadores. Comparando-se as duas gestões, observa-se que o número de eleitas diminuiu na atual, refletindo, infelizmente, a tendência nacional de sub-representação das mulheres nas Câmaras (CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, s.d.).

Na observação dos dados nacionais, destaca-se o perfil conservador tanto nas prefeituras, quanto na composição das Câmaras. Segundo os dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos, num estudo realizado em parceria com o Coletivo Científico para o Desenvolvimento (INESC; COMMON DATA, 2024) para o mandato 2025-2028, 69,2% das capitais terão prefeitos de direita, incluindo Florianópolis, onde foi reeleito o candidato da direita (PSD); 19,2% terão prefeitos de centro; e 7,6% terão prefeitos de esquerda (p. 5). Confirma-se, assim, a tendência conservadora do Estado de Santa Catarina, onde, durante as eleições presidenciais de 2022, Jair Bolsonaro foi o candidato mais votado e o Governador tem sido uma das lideranças políticas do PL.

Do ponto de vista étnico, um em cada quatro candidatos homens brancos foi eleito, enquanto foi eleito um a cada seis homens negros (pretos + pardos).

Além disso, foi eleita 1 a cada 12 mulheres candidatas. Para mulheres brancas, a proporção é que foi eleita 1 a cada 10. Para as pardas, 1 a cada 14. Já para as pretas, a proporção é de 1 para cada 26. Se considerarmos as mulheres negras (pretas + pardas), a proporção é de 1 para 16 (INESC; COMMON DATA, 2024, p. 7).

No caso dos vereadores, os dados da pesquisa apontam que “em 2020, 53,6% dos vereadores eleitos eram brancos e 44,7% eram negros. Já em 2024, dos vereadores eleitos, 52,8% são brancos e 45,9% são negros. A proporção de indígenas eleitos ficou inalterada (homens indígenas – 3,3%; Mulheres indígenas – 0,1%)” (Idem, 2024, p. 14).

Quanto ao espectro ideológico, prevaleceu a tendência conservadora no país: “dos 69.577 eleitos em 2024, 40.112 (57,6%) são de partidos de direita, 16.577 (23,8%) são de partidos de centro e 12.888 (18,5%) são de partidos de esquerda” (Idem, 2024, p. 11).

Chama atenção que “quatro partidos de esquerda não elegeram nenhum candidato (eram 465 candidatos somados): UP, PCB, PCO e PSTU. Na direita e no centro, o mesmo fenômeno não aconteceu” (2024, p. 17). Sintetizando, “enquanto a participação de partidos de centro e de esquerda encolhe no cenário legislativo, os partidos de direita ultrapassam a metade das candidaturas e da ocupação nas câmaras legislativas” (Idem, 2024, p. 21).

Tais resultados nacionais se inserem no contexto mais amplo dos avanços da onda conservadora em vários países ocidentais e das disputas ideológicas entre essa tendência e as alternativas democráticas a nível mundial. As tensões geradas por essas disputas constituem um grande desafio para os movimentos sociais em geral, pois a onda conservadora tem considerado os direitos humanos como alvo principal dos seus ataques. Donald Trump, eleito 47º presidente dos Estados Unidos em 2024 e empossado em 20 de janeiro de 2025, tem representado uma ameaça às causas humanitárias e à paz mundial. Após um processo eleitoral acirrado, durante o qual enfrentou Kamala Harris, candidata democrata então vice-presidente do governo Joe Biden, Trump assumiu radicalmente seu perfil de candidato da extrema direita do Partido Republicano, desenvolvendo uma retórica mais agressiva em relação à sua primeira campanha, reforçando os discursos de ódio e tornando-se ainda mais performático em suas manifestações públicas. Seria impossível, neste editorial, listar todas as medidas no mínimo controversas que ele, comportando-se como se fosse um imperador, vem anunciando desde sua posse, ocorrida semanas atrás. Relacionamos brevemente apenas algumas dessas medidas que vêm sendo amplamente divulgadas e debatidas pela mídia, pelos analistas políticos e pelos segmentos por elas afetados: violências desumanas contra os imigrantes ilegais estabelecidos nos Estados Unidos; controle altamente ostensivo da fronteira com o México; hostilidades estendidas também aos países aliados através de ameaças de aumento de tarifas de produtos importados pelos Estados Unidos; ataques virulentos às políticas raciais e de gênero, proibindo financiamentos federais em escolas que ensinem teorias raciais com enfoque crítico bem como conteúdos vinculados à identidade de gênero; ataques mais específicos aos segmentos LGBTTS, entre os quais se inclui a proibição de procedimentos de transição de gênero para menores de 16 anos; ameaças aos opositores políticos; cortes de financiamento às organizações multilaterais envolvidas com as causas humanitárias; retirada dos Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos da ONU, no que foi seguido pelo presidente argentino Javier Milei e por Israel; suspensão do financiamento para a UNRWA, entidade de apoio e assistência aos refugiados palestinos; rompimento com o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, cortando recursos volumosos e boicotando assim o G20 e a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), marcada para novembro de 2025, expandindo seriamente o caos climático; anistia aos predadores do Capitólio que tentaram impedir a diplomação de Joe Biden alegando fraude nas eleições; manifestação de suas intenções de implementar uma política externa de expansão territorial, ameaçando anexar a Groenlândia (um domínio da Dinamarca) e o

Canadá, renomeando o Golfo do México para Golfo da América (uma dupla ironia, aliás, pois o México também fica na América e, além disso, boa parte do território dos EUA foi subtraída do México); retomada do controle do Canal do Panamá, alegando que este vem sendo controlado pela China comunista, quando, na verdade, várias fontes afirmam que 40,5% dos contêineres que aí circulam são norte-americanos. Como se tudo isso fosse pouco, promoveu o desligamento dos Estados Unidos da OMS, ato que foi assumido também, em seguida, pela mente colonizada de Javier Milei. E afirmou, no dia 04 de fevereiro de 2025, numa coletiva de imprensa com a presença de Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, que pretende ocupar Gaza, desalojando cerca de um milhão de palestinos, que poderiam ser recebidos pelo Egito e pela Jordânia, promovendo assim uma “limpeza” daquele conflagrado território, numa intenção genocida, segundo vários órgãos da imprensa internacional.

Evidente que estas intenções têm gerado reações diversas e muitas delas, fortemente contrárias, pelo mundo afora, causando preocupações e angústias em relação ao futuro, num ritmo que vem se acelerando e complexificando, sendo impossível prever seus desdobramentos. Diante de certas reações mais contundentes, Trump tem tentado modular suas intenções, mas permanecem as dúvidas sobre seus próximos passos, palavras e decisões. Até o momento, tudo indica que ele voltou para estressar ainda mais um mundo já estressado e aposta na destruição daquilo que seus antecessores fizeram no passado como estratégia de afirmação narcisista ao extremo, capaz de confundir os Estados Unidos com a América e de reforçar de modo contundente a supremacia dos homens brancos e ricos – tais como os poderosos das Big Techs – cujos poderes (segundo suas declarações sugerem) não devem ser limitados, mesmo que se sustentem no ódio e nas mentiras.

Além desses absurdos, estamos diante de outros desafios. No caso das guerras, na impossibilidade de nos referirmos às demais, ressaltamos a gravíssima situação em Gaza. Após treze meses de intensos bombardeios, foi assinado um acordo de cessar-fogo entre Israel e Hamas, em 19 de janeiro de 2025, como resultado de negociações que se iniciaram em 2024. Durante o cessar-fogo, começaram a ser libertados pelo Hamas os reféns israelenses e prisioneiros palestinos por Israel, gradativamente, ao longo de três fases. No momento, a segunda fase está em curso. Organizações internacionais divulgaram amplamente que foram mortos entre 47 mil e 70 mil palestinos, a maior parte mulheres e crianças. As imagens daquilo que restou de Gaza divulgadas pelas mídias são particularmente chocantes e mostram os sobreviventes perambulando entre ruínas, pois perderam suas casas, hospitais, escolas e outras instalações que proporcionavam vários serviços. A fome, a falta de água potável, de energia, de assistência à saúde, configuram um cenário de destruição e de morte. Embora o futuro após a terceira fase do acordo seja incerto, o acordo permitiu (enfim) a entrada de ajuda humanitária para a população de Gaza.

Ao finalizarmos este editorial, passamos à apresentação dos artigos e seções da Revista, alimentadas pela produção de autoras e autores que a qualificam com suas pesquisas, reflexões, escritas.

Nos momentos difíceis que vivemos, com o recém-empossado presidente dos Estados Unidos da América estabelecendo por decreto que agora, naquele país, ‘existem apenas dois gêneros – masculino e feminino – definidos biologicamente no momento da concepção’ (sic), julgamos muito conveniente iniciar esta apresentação das contribuições desse novo número da REF com o artigo “Leis antilGBTI+ na educação: o caso das *No Promo Homo Laws*”, de autoras brasileiras. Ao analisarem as leis antihomossexualidade em vários estados daquele país norte-americano, as autoras colocam em foco o crescente movimento antigênero que se propaga globalmente com força redobrada, acompanhando a expansão das ideologias conservadoras e fundamentalismos religiosos, com os ataques a políticas públicas inclusivas, construídas em décadas de lutas dos movimentos sociais.

No artigo “A ‘injusta provocação da vítima’ e o feminicídio privilegiado”, as autoras enfrentam a discussão sobre como outras figuras jurídicas como “violenta emoção” ou “injusta provocação da vítima” acabam por abrandar penas de homens culpados por feminicídios, mesmo sem que se volte à tese da “legitima defesa da honra”, já deslegitimada pelo Supremo Tribunal Federal. Elas mostram como ainda é muito marcante, nos casos de feminicídios e nos julgamentos destes em tribunais do júri, a culpabilização das vítimas, em função de uma ideia de uma obrigação de fidelidade das mulheres. É um artigo que nos ajuda a entender a persistência dos crimes de feminicídios nas estatísticas brasileiras.

Na sequência, o artigo “Tecnologias patriarcas: uma revisão sistemática sobre a alienação parental” elabora uma análise crítica sobre esse tipo de alienação, fundamentando-se numa revisão de literatura que se baseia no método PRISMA, abrangendo 199 publicações sobre o tema. As reflexões apontam que, embora esse tipo de dispositivo tenha a intenção de promover uma “tecnologia da não violência”, por meio da “intervenção judicial na família”, seus resultados podem ter implicações controversas, tais como interpretações de certas interações familiares como patológicas; violência de gênero; dificuldades para incorporar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Numa abordagem atenta aos contextos culturais, o artigo "Participação de mulheres em STEM: uma reflexão interseccional" analisa dados qualitativos de um programa de bolsas em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) que vem sendo implementado em uma universidade pública dos Estados Unidos. Levando em conta que as mulheres são minoria em STEM, a autoria defende "uma abordagem interseccional específica do contexto cultural na avaliação de programas de apoio às/-aos estudantes" (Abby TEMPLER RODRIGUES, 2025) na tentativa de compreender "de que maneira o gênero interage juntamente a outros sistemas de privilégio e opressão" (Idem).

Os vários tipos de assédio têm sido objeto de muitas polêmicas, denúncias e discussões. A partir de uma investigação qualitativa, o artigo "La Universidad de Granada ante el acoso: mecanismos y limitaciones" contribui para o debate a partir da análise da atuação da Universidade de Granada, Espanha, diante dos casos de assédio, verificando como têm sido definidos e quais os mecanismos para enfrentá-los. A análise destaca o documento intitulado "Protocolo de la Universidad de Granada para la prevención y respuesta ante el acoso", avaliando o alcance e os limites das suas proposições.

A partir da experiência de uma professora trans da educação básica, o artigo "Resistência, currículo e subversão na educação" analisa como a presença mesma de corpos dissidentes na sala de aula, e em especial como professora, pode auxiliar na construção de um currículo e de uma prática docente inclusiva e sensível. Não basta a inclusão de corpos racializados, corpos trans, pessoas com deficiências, pessoas com neurodiversidades nos bancos escolares, mas é importante pensar no papel pedagógico desta inclusão e nas possibilidades de professores e professoras também diversas. Passar dos discursos de inclusão para a prática é um grande desafio, e a experiência narrada e analisada neste artigo é inspiradora para novas possibilidades.

O artigo "Gordofobia nos serviços de saúde e violência de gênero contra as mulheres gordas" é um estudo exploratório-descritivo, de caráter qualitativo, que traz importantes reflexões sobre as opressões vividas pelas mulheres gordas e como a violência de gênero está entrelaçada com a gordofobia; logo, as mulheres gordas estão em dupla vulnerabilidade. Conclui como se evidencia o controle patriarcal sobre o corpo das mulheres gordas, a violência institucional e de gênero, e também como é exposta a gordofobia obstétrica.

Entendendo o estar só como uma experiência emocional oriunda das negociações cotidianas operadas pelas pessoas acerca de suas próprias vidas, o autor de "Queixas do viver só: emoções, gênero e envelhecimento na vida cotidiana", fundamentado nos estudos da antropologia das emoções, produz análise etnográfica das histórias de vida de duas mulheres idosas de classes populares. Ao buscar explorar as contradições do estar e sentir-se só, o autor destaca, nas narrativas das entrevistadas, a sensação de solidão relacionada a solidões vividas ou buscadas, que oscilam entre o prazer de estar só e a sensação de isolamento.

"Patrícia Galvão (Pagu): mulher, mãe, militante" apresenta reflexões sobre as trajetórias de vida e militância de Patrícia Galvão (Pagu), uma das primeiras e mais conhecidas presas políticas, uma expressiva militante que, por meio da arte e de sua produção intelectual, socializou reflexões sobre as condições de vida da classe trabalhadora, em especial da mulher. A pesquisa foi realizada a partir das produções acadêmicas sobre Pagu e de suas próprias escrituras. O artigo se vale de documentos da polícia política, disponibilizados no acervo on-line do Arquivo Nacional.

O artigo "La subversión femenina del mito de Eva en Magola: La verdadera historia de Eva" traz uma revisão crítica e contemporânea das múltiplas reescrituras e reinterpretações que se propõem a entender Eva enquanto personagem. A autora se vale especialmente do livro cômico *La verdadera historia de Eva*, da escritora e humorista gráfica colombiana Adriana Mosquera, demonstrando como o humor refuta e subverte o mito e o converte em arma para a conquista de um espaço de reivindicação e de comunicação entre as mulheres contemporâneas.

Numa perspectiva política e cultural insere-se "Música, gênero y migración. Trayectorias de mujeres músicas migrantes". A leitura proposta parte da relação música, mulheres e migração para analisar trajetórias de mulheres que têm incursionado em práticas musicais. As autoras concluem, a partir de uma investigação no corpus selecionado e pelas entrevistas realizadas, que as narrativas de cada uma mostram a importância da música nas biografias destas mulheres latino-americanas como um recurso constitutivo de memória, dos afetos e das subjetividades.

Com um título poético, o artigo "Hallarás el hilo que lentamente se ha tramado" (Acharás o fio que lentamente foi tecido) faz uma análise sensível sobre o episódio do terremoto de 1985 no México, e de como ele acabou por visibilizar as condições de exploração das trabalhadoras das indústrias têxteis e "maquillas", empresas que fazem apenas algumas partes de produtos cuja principal produção é feita em outros países, como forma de garantir melhores preços ou isenção de taxas. A partir do terremoto, o autor procura compreender os processos de construção de organizações destas mulheres, cujo trabalho foi visibilizado pela ocorrência da catástrofe e, ao mesmo tempo, busca compreender como afetos como o temor, a resignação, mas também a raiva e a dor, adquirem significados políticos no contexto estudado.

Em “A luta pela terra na perspectiva feminista”, as autoras buscam as relações entre a participação das mulheres no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o feminismo. Desde os anos 2000, o MST tem um “setor de Gênero” e constrói políticas internas na intenção de incentivar o protagonismo de mulheres no movimento, porém, entre a intenção e a prática cotidiana e política, há um longo caminho a ser percorrido, e com muitos desafios. As autoras procuram historicizar as formas como o movimento foi tentando reconhecer o papel político das mulheres e os desafios para esse reconhecimento, vinculados ao machismo estrutural e muito entranhado nas populações rurais, mesmo que muitas vezes tenham sido as mulheres a estar na linha de frente em ocupações, acampamentos e outras lutas pela terra.

A autora do ensaio “Incorporações protéticas em Paul B. Preciado: para acabar com a Natureza” defende que a tese de Thomas Laqueur sobre a invenção da ideia moderna do binarismo sexual auxilia a compreensão de Paul Preciado, de sexo como conjunto de tecnologias que produz a materialidade do gênero como natureza. Entendendo que o sexo, para o autor, consiste em uma “incorporação protética do gênero” que não se limita à noção moderna de sexo, a autora busca compreender o que Preciado define como incorporações protéticas e como fazer uso subversivo das mesmas.

Ao encarar a ciência de dados como uma forma de poder e considerando as estreitas conexões entre tecnologias, informações, corpos, gênero, sexualidades e o capitalismo de vigilância, as autoras e autor dos artigos que compõem a seção temática “Tecnopolíticas e capitalismo de dados: Resistências interseccionais (trans)feministas” investigam as formas como as plataformas digitais “...moldam os dispositivos de sexualidade e gênero, especialmente no contexto do Sul Global, onde corpos racializados, generificados e dissidentes são submetidos a formas particulares de vigilância e controle” (Larissa PELÚCIO; Bruna IRINEU; Mariah SILVA, 2025). Pela análise de respostas resultantes de reflexões acadêmicas e ativistas do Sul Global sobre o extrativismo e o colonialismo de dados que sustentam o capitalismo de vigilância, a Seção Temática traz importante contribuição ao debate, sem a pretensão de esgotá-lo, quando problematiza “a plataformação da vida e os dispositivos algorítmicos, não apenas como ferramentas de controle, mas também como espaços de contestação” (Idem, 2025).

As resenhas deste primeiro número da Revista em 2025 mais uma vez revelam que nosso trabalho enquanto críticas e teóricas feministas não é apenas acompanhar o presente, por si só, mas também antecipar o futuro, mostrar que nossas pesquisas não têm vida curta. Os livros aqui resenhados passam por um processo: demoram a serem gestados e escritos, uma publicação pode levar anos, o processo editorial também leva muitos meses para ser concluído. Mas eles surgem para ocupar nossas bibliotecas reais e virtuais. Nossa missão a cada número da REF é selecionar e publicar leituras desejadas ou necessárias e estas dizem muito do que nos move: lições de subjetividades como cartas de uma orientadora, as viagens sociológicas das mulheres migrantes do Equador, as mulheres e o esporte na América Latina, as lutas e retrocessos diante das diversidades e a sempre provocativa pergunta: quem tem medo das questões de gênero?

In Memoriam

Não podendo nos furtar das notícias amargas, temos nova perda feminista a anunciar. Quando terminávamos de escrever nosso Editorial, recebemos a notícia da morte de Marina Colasanti, representativa escritora brasileira da atualidade. Versátil, publicou, ao longo de sua carreira, mais de 70 livros de contos, poesia, ensaios, memórias, livros para crianças e jovens, e se dedicou por muito tempo às crônicas, herança de sua primeira profissão, jornalista. Por meio da Literatura, retomou sua atividade de artista plástica ao ilustrar as suas obras. Os temas sobre os quais a autora refletiu foram os mais diversos, como histórias de amor, o papel da mulher na sociedade, os relacionamentos pessoais e interpessoais e as narrativas imaginárias que conquistaram o público infantil e juvenil. A escritora acumulou prêmios, tendo recebido no México o Prêmio Iberoamericano de Literatura Infantil e Juvenil, um dos mais importantes da área e, no Brasil, em 2023, o Prêmio Machado de Assis, concedido pela Academia Brasileira de Letras. Em 2024, ela foi escolhida como personalidade literária do ano pelo Prêmio Jabuti, após ganhar a estatueta nove vezes ao longo de sua carreira. Nossa registro termina com a significativa frase de Lilia Moritz Schwarcz (2025): “Marina vai fazer muita falta, mas lega uma imensa obra no rastro brilhante de cometa que deixa com sua partida”.

Referências

AGÊNCIA GOV. “Lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza marca 2024”. Social e Políticas Públicas. Agência Gov, 20/12/2024. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/lancamento-da-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza-marca-2024#:~:text=Entre%20os%20anos%C3%A3os%20e%20compromissos,e%20fome%20end%C3%A3Amicas%2C%20e%20arrecadar>.

AGÊNCIA SENADO. "DataSenado divulga pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no DF". Agência Senado, 28/02/2024. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/28/datasenado-divulga-pesquisa-de-violencia-contra-a-mulher-nos-estados-e-no-df>. Acesso em 25/01/2025.

ALLI, Ana Carolina. "Mulheres Negras se mobilizam para 2ª. Marcha por Reparação e Bem Viver". Agência Brasil, 01/12/2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-12/mulheres-negras-se-mobilizam-para-2a-marcha-por-reparacao-e-bem-viver>. Acesso em 20/01/2025.

BRASIL. Decreto nº 11.786, de 20 de novembro de 2023. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor. Brasília, 2023. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11786.htm.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Brasília, 2024. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm#:~:text=L15069&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Cuidados.&text=Art.,cuidados%2C%20consideradas%20as%20m%C3%BAltiplas%20desigualdades.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. "Legislaturas". Câmara Municipal de Florianópolis, s.d. Disponível em <https://www.cmf.sc.gov.br/camara/membros/legislaturas>. Acesso em 20/01/2025.

EULER, Madson. "O livro Ainda Estou Aqui será distribuído em escolas de alguns estados". Agência Brasil, São Luís, 24/01/2025. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2025-01/livro-ainda-estou-aqui-sera-distribuido-em-escolas-de-alguns-estados>.

HENZ, Djenifer. "Ainda Estou Aqui": livro ganha lançamento internacional". Terra, 27/01/2025. Disponível em https://www.terra.com.br/diversao/ainda-estou-aqui-livro-ganha-lancamento-internacional_ddb9fa3116adedcb6ebc8bcfd00ea8112r0mou1r.html#google_vignette. Acesso em 30/01/2025.

INESC. INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; COMMON DATA. COLETIVO CIENTÍFICO PARA O DESENVOLVIMENTO. Análise. Perfil dos(as) Eleitos(as) 1º. e 2º. Turnos. Brasília, 2024. Disponível em <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/11/inesc-2024-perfil-dos-eleitos-1e2turnos.pdf>. Acesso em 25/01/2025.

LESFEM. LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE FEMINICÍDIOS. "Monitor de Feminicídios do Brasil revela aumento alarmante e Estatísticas Preocupantes". LESFEM, 21/06/2024. Disponível em <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-de-feminicidios-do-brasil-revela-aumento-alarmante-e-estatisticas-preocupantes/>. Acesso em 28/01/2025.

LUCENA, André. "Os próximos passos do caso Marielle Franco e Anderson Gomes após júri condenar Lessa e Queiroz". Carta Capital, 01/11/2024. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/justica/os-proximos-passos-do-caso-marielle-franco-e-anderson-gomes-apos-juri-condenar-lessa-e-queiroz/>. Acesso em 18/01/2025.

MINELLA, Luzinete; RAMOS, Tânia; LAGO, Mara; WOLFF, Cristina. "Feminismos contra calamidades, guerras e conservadorismos". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 32, n. 2, e100788, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/TSpJwYQYyHqjqf4NPJkhTd/?format=pdf&lang=pt>.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. "Política Nacional de Cuidados é sancionada pelo presidente Lula". Ministério das Mulheres, 23/12/2024. Disponível em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/dezembro/politica-nacional-de-cuidados-e-sancionada-pelo-presidente-lula>. Acesso em 10/01/2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. "MDS celebra marco de 1.000 Cozinhas Solidárias habilitadas a receber apoio do Governo Federal". Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025a. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-janeiro-bolsa-familia-chega-a-mais-de-20-48-milhoes-de-lares-no-brasil>. Acesso em 21/01/2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. "Em janeiro, Bolsa Família chega a mais de 20,48 milhões de lares no Brasil". Ministério do Desenvolvimento

e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025b. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/lideres-mundiais-lancam-a-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em 20/01/2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. "MMA, MIR e MDA divulgam o resultado da seleção para as organizações quilombolas que irão compor o Comitê Gestor do PNGTAQ". *Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima*, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/mma-mir-e-mdt-divulgaram-o-resultado-da-selecao-para-as-organizacoes-quilombolas-que-irao-compor-o-comite-gestor-do-pngtaq>. Acesso em 19/01/2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Acesso à informação. "Ações e Programas". *Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania*, s.d. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas>. Acesso em 09/01/2025.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. "Vem aí a primeira Conferência Nacional das Mulheres Indígenas". *Ministério dos Povos Indígenas*, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/vem-ai-a-primeira-conferencia-nacional-das-mulheres-indigenas>. Acesso em 10/01/2025.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda Estou Aqui*. 1 ed. São Paulo: Alfaquara, 2015.

PELÚCIO, Larissa; IRINEU, Bruna Andrade; SILVA, Mariah Rafaela. "Corpos dissidentes, plataformização e vigilância algorítmica". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 33 n. 1, 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Instagram*, 28/01/2025. Disponível em <https://www.instagram.com/liliashwartz/p/DFxR0BOD2U/>.

TEMPLER RODRIGUES, Abby Irene. "Participação de mulheres em STEM: uma reflexão interseccional". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, e93606, 2025.

Luzinete Simões Minella (simoesluzinete@gmail.com) é graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela UFBA (1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Fez parte do quadro de docentes do Departamento de Sociologia da UFBA entre 1975 e 1991. Vinculou-se ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, de 1991 até 2002, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política entre 1991 e 2005. É Professora Adjunta IV aposentada da UFSC, atuou como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, tendo coordenado por vários anos a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participou de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Entre os projetos, destaca a coordenação editorial da Revista Estudos Feministas entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008, quando passou a fazer parte da editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação a partir de dezembro de 2016. É membro da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, principalmente nessas áreas. Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação e livros, além de trabalhos completos em anais de eventos etc.

Mara Coelho de Souza Lago (maralago7@gmail.com), doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), é Professora Titular aposentada do Departamento de Psicologia da UFSC, instituição que a agraciou com o título de Professora Emérita. Como professora voluntária, continuou atuando (2010-2023) nos quadros de docentes permanentes dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Atualmente, participa do Conselho Consultivo do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e da Coordenação Editorial da Revista Estudos Feministas. Seus interesses de pesquisa e docência se relacionam a estudos feministas e de gênero, psicologia social, psicanálise, antropologia, interdisciplinaridade, com publicações de livro, coletâneas e artigos voltados para esses campos de conhecimentos.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005 realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes, Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º Women's Worlds Congress, realizado na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiraramos@gmail.com) é professora titular aposentada pela Universidade Federal de Santa Catarina, atua como voluntária no Programa de Pós-Graduação em Literatura na área de Literatura Brasileira e Estudos Literários, é uma das editoras da Revista Estudos Feministas e da Revista Anuário da Literatura e participa da organização do Seminário Internacional Fazendo Gênero, de cuja coordenação participou em 1998 e 2007. Organizou na área de gênero os livros Falas de Gênero e Leituras em Rede, publicados pela Editora Mulheres e foi uma das organizadoras de Mídia, Misoginia e Golpe, publicado pela Faculdade de Comunicação da UnB; de Problemas de Gênero publicado pela FUNARTE e, recentemente, de A Literatura e seus espaços de sobrevivência, pela Editora Caiaponte (2024). Atua no nulIME - núcleo Literatura e Memória na UFSC CCE, pesquisa e publica nas áreas de gênero e subjetividades, história e memória literária. Participou do projeto www.portalcatarina.ufsc.br com acervos digitais de escritoras catarinenses, coordena o projeto A Mala de Jorge Amado e seus desdobramentos. Tem produzido textos sobre escritas e falas de mulheres no projeto “É preciso saber o que elas dizem”.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

MINELLA, Luzinete Simões; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. "Ainda estamos aqui". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, e105261, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elaboração e redação coletiva.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 13/02/2025

Aceito em 14/02/2025